

Políticas Públicas Para Quilombolas: Estudo Na Comunidade Remanescente Quilombola De Serra Do Evaristo, Baturité – Ceará

Sâmia Nagib Maluf¹, Maria Gabriela Pereira Dos Santos¹,
Antônio Roberto Xavier¹, Márcio Luciano Dos Santos Campos³,
Eduardo Mauch Palmeira², Ronaldo Bernardino Colvero³

¹(Universidade Da Integração Internacional Da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)Ceará/Brasil)

²(Universidade Federal De Pelotas (Ufpel) Pelotas/Brasil)

³(Universidade Federal Do Pampa (Unipampa) Campus São Borja/Brasil)

Abstract:

Background: As comunidades tradicionais, dentre elas, as quilombolas, carregam em sua trajetória de formação e existência o legado das desigualdades sociais devido ao processo de exploração da mão de obra de seus componentes e expropriação dos bens produzidos por essas comunidades ao longo da história deste país. Diante dessa inegável realidade, esta pesquisa investigou sobre as políticas públicas e o possível atendimento às demandas sociais da comunidade quilombola de Serra do Evaristo em Baturité, Ceará. Para tanto, decidiu-se efetuar este estudo de caso exploratório, de natureza básica e de abordagem qualiquantitativa.

Materials and Methods: Nesse sentido, necessário se fez aplicar, como técnica de coleta e geração de dados informativos, o instrumento do questionário-formulário aos moradores da comunidade quilombola de Serra do Evaristo.

Results: Após a coleta de dados informativos, procedeu-se à análise destes com base no conteúdo e na tabulação descritiva, verificando-se que algumas demandas sociais necessárias relatadas pelos moradores foram implantadas na comunidade quilombola de Serra do Evaristo, como: abastecimento de água encanada, pavimentação da estrada de acesso à comunidade, melhorias no atendimento dos serviços de saúde, de transporte, de comunicação via internet, de saneamento básico no tocante à coleta de lixo, de criação de rede de esgoto e de fornecimento de água tratada.

Conclusion: Em conclusão, é possível assegurar que houve mais empenho e efetividade na implementação de políticas públicas locais visando a atender às principais demandas sociais na comunidade quilombola de Serra do Evaristo em Baturité, Ceará, no contexto investigado.

Key Word: políticas públicas; comunidade quilombola; Serra do Evaristo.

Date of Submission: 11-04-2024

Date of Acceptance: 21-04-2024

I. Introdução

O Brasil, ao longo dos anos, passou por mudanças sociais, institucionais e também políticas. Conquistas e lutas democráticas foram vivenciadas e, com isso, vários debates e análises de como a gestão pública fosse mais engajada para o bem da sociedade. Rocha (2009) ressalta que as mudanças ocorreram por conta das lutas e mobilizações das sociedades e entidades da sociedade civil para alcançar condições melhores de vida e uma necessidade de democratização do Estado. Desse modo, ao falarmos sobre as comunidades quilombolas, temos que ter em mente o processo de democratização desses povos, por lutar pelos seus direitos.

Canto (2008) ressalta que quilombos não se vinculam apenas à designação de pessoas com ancestralidade africana, mas também a povos negros e mestiços, rurais e urbanos que ocuparam terras que, na maioria das vezes, serviam de refúgio ou terras compradas por antigos escravos alforriados.

No viés de direitos e igualdades, com o decorrer dos anos, podemos notar que, diante das lutas, as comunidades quilombolas tiveram conquistas e direitos, tanto como o direito a terras, inserido no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)¹ e nos artigos 215² e 216³ da Constituição Federal de 1988, quanto o direito a manifestações culturais, assim tendo sua liberdade de expressar sua cultura.

¹ “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 2003c).

² “Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) e suas notas técnicas, no Brasil existem 1.674 municípios com comunidades quilombolas, entre os quais 811 estão no Nordeste, contando o Ceará com 65 municípios com comunidades quilombolas.

Este trabalho vem mostrar como os moradores da comunidade da Serra do Evaristo, localizada no município de Baturité, Ceará, identificam o processo de gestão e melhoras necessárias (abastecimento de água encanada, pavimentação da estrada de acesso, promoção da saúde e gratuidade do transporte, educação e saneamento) de que a comunidade precisa. Aspectos gerais em relação à saúde (posto de saúde, atendimento médico, vacinação das crianças) e às questões sanitárias da comunidade (coleta de lixo, esgoto e fornecimento de água), bem como na infraestrutura (transporte, internet e operadoras) e em aspectos gerais na relação da gestão da comunidade.

No primeiro momento do trabalho, será mostrado um pouco sobre a política pública para quilombolas no Brasil; em seguida, será exposta a comunidade quilombola da Serra do Evaristo; posteriormente, serão mencionados os procedimentos metodológicos da pesquisa e apresentação e análise dos resultados; e, por fim, serão tecidas as considerações finais.

II. Políticas Públicas Para Quilombolas No Brasil

Segundo Calheiros e Stadtler (2010), quilombolas são os descendentes e remanescentes da ancestralidade africana. Atualmente, quase todo o território brasileiro possui comunidades quilombolas com uma rica cultura baseada na ancestralidade negra e indígena. O quilombo surgiu a partir do momento que os negros escravizados fugiam de seus cativerios ou prisões para as matas; isso resultava em várias pessoas em um determinado lugar. Ao longo dos anos, foi surgindo a ideia da comunidade quilombola. A comunidade quilombola é uma etnia composta principalmente por negros rurais ou urbanos que se definem de acordo com relações específicas com a terra, o sangue, o território, as tradições e os costumes culturais. No Decreto nº 4.887/2003, no artigo 2º, são considerados remanescentes dos quilombos os indivíduos de grupos étnico-raciais com sua trajetória histórica com as relações territoriais específicas sobre a ancestralidade (BRASIL, 2003b).

Santos (2018) reflete sobre o enfrentamento dos obstáculos que as comunidades quilombolas têm para garantir a propriedade dos seus territórios, logo a reforma agrária avançou pouco perante essa pauta. As lutas vivenciadas pela conquista de suas terras e por sua certificação são fundamentais para que a identidade seja perpetuada e para que não seja apagada pela história. Vale ressaltar que os governantes ainda devem formular ações políticas que envolvam o desenvolvimento social e econômico para o bem-estar dessas comunidades (FERNANDES, et al., 2021).

Lima e Silva (2018) relatam que, no decorrer dos anos, foram vivenciadas conquistas por parte das comunidades remanescentes de quilombo (quilombolas) e das comunidades indígenas, conquistas que levaram ao desenvolvimento econômico e à assistência social para as comunidades. Todavia, existe uma demanda de implementação de mais programas, para melhorar a qualidade de vida dessas comunidades.

Com o passar do tempo, as comunidades quilombolas e indígenas foram tendo mais espaço para se desenvolver. O artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal dá direito aos remanescentes dos quilombolas a permanecerem nas suas terras. De acordo com Santos (2017), o artigo 68 dos ADCT é umas das primeiras conquistas do movimento negro, tendo, assim, um marco para uma política reparatória perante o Estado com os descendentes de escravos. Essa conquista, além de ser uma reparação histórica, devido ao sofrimento vivenciado na escravidão, é também um direito de dignidade humana para com esses povos.

Nos artigos 215 e 216 da Constituição de 1988, os quilombolas e os indígenas tiveram um espaço para que eles possam garantir seus direitos, dando-lhes a liberdade de semear sua cultura. De acordo com o portal do Governo Federal no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foi criado o Programa Brasil Quilombola (PBQ), com os seguintes quatro eixos, respectivamente: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; e direitos e cidadania.

A Fundação Cultural Palmares (FCP), fundada em 1988, é responsável por expedir a certidão de autodefinição das comunidades remanescentes de quilombo e trabalha com promoção e preservação dos valores culturais. A FCP é responsável por promover uma política cultural igualitária e inclusiva. Um dos processos para obter o certificado de autodefinição vincula-se à necessidade de a comunidade encaminhar à FCP um pedido de reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo acompanhado de relatos e fotos históricas, pesquisas sobre as manifestações históricas ou culturais do grupo. Henning, Leal e Colaço (2015) ressaltam que, na legislação brasileira, parte da conjectura de identidade quilombola depende de sua autoidentificação, portanto é a primeira etapa do processo de *titularização*, em seguida fazer o pedido de certificação da comunidade junto à FCP constituindo uma pessoa jurídica para remeter o pedido.

³ “Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 1988).

Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 asseguraram às comunidades quilombolas o direito à propriedade de seus territórios, com isso o primeiro passo se inicia no processo de *titularização* da terra. Esse papel cabe ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que foi criado em 1970 com o propósito de regular as terras ocupadas pelas comunidades quilombolas, sendo responsável pela *titularização* das terras quilombolas e indígenas no Brasil.

Em virtude dos avanços de criação de políticas públicas voltadas para a comunidade quilombola e indígena, Silva (2018) fala que as políticas públicas que tratam das comunidades quilombolas vêm de ações afirmativas que, a partir dos anos 2000, têm sido aplicadas no Brasil, através da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), estando regulamentadas pelo Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003. O referido decreto tem como um dos objetivos a redução das desigualdades raciais no Brasil. Além disso, pelo Programa Brasil Quilombola, veio a criação da Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial (Seppir), criada em 21 de março de 2003 com o objetivo de incluir política governamental de igualdade racial entre ministérios e outras agências federais e municipais, tendo base em promover e esclarecer a política de igualdade racial e superar a discriminação racial. No que se refere ao crescimento e desenvolvimento, temos que ressaltar a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado no ano de 2007, um programa que viabilizou o desenvolvimento das comunidades quilombolas. Silva (2018) fala a respeito do PAC, que visa à melhoria das comunidades e tem como finalidade melhorar o acesso à saúde, educação e infraestrutura por meio de ações voltadas ao desenvolvimento.

O Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, tem por objetivo garantir à população negra a igualdade de oportunidades, a defesa de seus direitos e o combate à discriminação e às formas de intolerância étnica. No artigo 2º, fala que é dever do Estado e da sociedade assegurar a igualdade de oportunidades a todo cidadão brasileiro, sem ter em conta qualquer tipo de preconceito quanto à etnia ou à cor da pele.

Conforme aponta Canto (2008), em quase todos os estados do Brasil existe comunidade quilombola, motivo por que se tem, ao longo dos anos, uma necessidade de haver ações na área de políticas públicas que visam à melhoria de vida e ao desenvolvimento para suas comunidades quilombolas e indígenas, sejam elas na preservação da cultura, na legalização das suas terras e na melhoria da qualidade de vida, visando a um futuro melhor para suas comunidades existentes.

III. Comunidade Quilombola Da Serra Do Evaristo De Baturité, Ceará

A comunidade quilombola da Serra do Evaristo está localizada na Macrorregião do Maciço de Baturité, a aproximadamente 6 quilômetros do centro da cidade de Baturité. O Maciço de Baturité está localizado a 90 quilômetros de Fortaleza, a capital do Ceará. A referida macrorregião leva o nome de “Maciço” por ser o berço das 13 cidades que são compostas pelos seguintes municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guarimiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção. A Macrorregião do Maciço de Baturité é um potencial atrativo turístico de muita visitação, sobretudo os municípios “verdes”, Aratuba, Guarimiranga, Pacoti e Palmácia, localizados na Serra de Baturité. Além disso, no cume da Serra de Baturité, localiza-se a Serra do Evaristo, uma comunidade conhecida por sua diversidade cultural e conquistas históricas dos povos indígenas e quilombolas (GOMES, 2016).

Rodrigues (2017) expressa que a comunidade da Serra do Evaristo é de origem de pessoas negras, as quais, na época da escravidão, buscaram abrigo na região. O local foi escolhido por ser de difícil acesso na época e por existir poucos habitantes; também se acredita que não eram apenas povos negros escravizados em busca de abrigo, mas também povos indígenas na mesma situação.

Braga (2021) destaca que a comunidade é composta por 140 famílias e tem aproximadamente 800 pessoas. Para Gomes (2016), as principais famílias moradoras da comunidade são: Bentos, Castro, Julião, Leandro, Soares e Venâncio. Os moradores da comunidade são constituídos por agricultores, sendo a maior fonte agrícola a plantação de banana. Ressalta-se que, até hoje, a comunidade é formada por moradores que tiram seu sustento da agricultura familiar e têm como fonte principal de riqueza a banana da serra.

Gomes (2016) relata que, no ano de 2007, a comunidade da Serra do Evaristo lutou pelo seu reconhecimento junto à Fundação Nacional dos Palmares. Outro marco histórico para a Serra do Evaristo foi a descoberta de um sítio arqueológico. Gomes (2016, p. 26) indica que a descoberta ocorreu devido a que “[...] os moradores contaram que há muito já vinham notando o aparecimento de fragmentos de potes de barro (cerâmica) que vinham à tona toda vez que a prefeitura mandava máquinas (escavadeiras e tratores) para recuperar a estrada que dá acesso à localidade”. Com base nisso, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) foi acionado para verificação e registro dos objetos, ossos e outros artefatos encontrados, que surgiam cada vez que havia algum movimento brusco na terra.

Ao longo do percurso das escavações que foram realizadas pelo Iphan, foram encontradas urnas funerárias com ossadas que apontavam uma grande marca de estudo para o Iphan. Com essas descobertas arqueológicas, pode-se inferir sobre o modo de vida da população indígena e quilombola que habitava aquela

área, principalmente as descobertas relacionadas às práticas funerárias. Mediante a repercussão da descoberta do sítio arqueológico, foi construído um museu comunitário, o qual tem um rico acervo arqueológico (SANTOS, 2019).

Com a presença da associação comunitária, vários avanços foram alcançados com o passar dos anos: a primeira conquista foi a certificação da Fundação Palmares; outro avanço foi a autoafirmação da comunidade com o processo de reconhecimento das terras e a regularização de território quilombola, realizados pelo Inbra. Rodrigues (2017) ressalta que os líderes comunitários foram muito importantes para o avanço da história da comunidade e de sua ancestralidade, adquirindo, assim, grandes conquistas para a localidade do Serra do Evaristo, como: a reforma e a ampliação da estrada, a criação da fazenda Manos Kolping, a tão sonhada terra para a colheita, o que foi possível com a afiliação da comunidade à Obra Kolping.

Com a chegada da Obra Kolping à comunidade da Serra do Evaristo, foram vivenciados vários avanços perante o desenvolvimento e as conquistas da comunidade. A Obra Kolping⁴, que é caracterizada por um movimento religioso que favorece o desenvolvimento social das comunidades, reúne vários associados que, diante disso, promovem assistência ao desenvolvimento e à luta contra a pobreza, de modo a mudar a vida dos membros envolvidos. A associação da comunidade luta diariamente para conseguir melhorias locais. Segundo Rodrigues (2017), a entidade existe há 28 anos e conta com 50 associados, com expectativa de crescimento destes. A associação existe desde quando a Obra Kolping foi institucionalizada.

A organização comunitária da Serra do Evaristo foi de grande relevância para o desenvolvimento da comunidade local e o alcance de melhorias de vida. Rodrigues (2017) explicita que a organização comunitária é o centro das ações públicas perante a comunidade, tendo como base principal: a conquista e a certificação de reconhecimento de povos quilombolas; a compra de um caminhão para o deslocamento das pessoas que tinham um difícil acesso a certas regiões; os cursos de capacitação para a população que vive na comunidade; a criação do projeto de cisternas e placas; os projetos voltados aos jovens e adolescentes, dentre outros. A comunidade leva como bandeira o orgulho do pertencimento de suas origens através de lutas e conquistas vivenciadas ao longo do tempo, e é essa força de pertencimento que faz a comunidade da Serra do Evaristo lutar cada vez mais por melhorias para as gerações futuras.

IV. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa enquadra-se como qualiquantitativa, dado que busca entender, por meio de técnicas de coleta pertinentes e de análise de dados também peculiar, primeiramente a realidade como uma construção social, e não de forma isolada. Em seguida, alguns dados foram coletados por meio da técnica do questionário-formulário, tabulados de forma objetiva, caracterizando a parte quantitativa da pesquisa com base em uma amostragem razoável (GIL, 2002; GODOY, 1995).

Com isso, tem-se uma pesquisa exploratória quanto ao objetivo, visando a proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais claro no decorrer da pesquisa. Em relação aos procedimentos técnicos, foram utilizados o levantamento bibliográfico, a elaboração de formulário como instrumento de coleta de dados e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (GIL, 2002).

V. Critérios Da Amostragem

Para que se conseguisse uma amostra considerável para a pesquisa alcançar seu êxito, levou-se em consideração o quantitativo da população de 140 famílias, de acordo com Braga (2021), tendo-se, pois, uma amostra de 50 famílias para que se pudesse levantar os dados desejáveis para a sua consecução. Seguindo Crespo (2002), a técnica de amostragem utilizada foi a casual ou aleatória simples, de acordo com o público-alvo estudado.

VI. Elaboração Dos Formulários E Do Tcle

A elaboração do formulário foi de forma que pudesse captar as informações necessárias para a pesquisa alcançar seus objetivos. As perguntas foram claras e objetivas, contendo perguntas abertas e fechadas, as quais foram baseadas em saber a respeito da repercussão que o Ensino Superior poderia agregar de melhor à população local, bem como a respeito do aspecto geral da comunidade. Para que o trabalho assegurasse as informações dos entrevistados, teve a necessidade da elaboração do TCLE, de modo a preservar a identidade dos participantes e o sigilo das informações fornecidas, como previsto e demandado pela ética na pesquisa.

Coleta Dos Dados

A aplicação dos formulários para as famílias de moradores da comunidade se deu de forma presencial. Por conseguinte, foram necessárias três visitas à comunidade da Serra do Evaristo para a aplicação dos

⁴ Conforme Braga (2021), o dia 22 de novembro de 1989 é a data que teve a validação do começo dos trabalhos da comunidade Kolping na Serra do Evaristo.

formulários e assinatura do TCLE. Nas visitas foram aplicados os formulários junto aos integrantes da comunidade nos seguintes dias: 15, 20 e 29 de agosto de 2021, compreendendo um período de 14 dias de 2021, totalizando 50 formulários aplicados para os integrantes de cada família. Vale salientar que os questionários aplicados com os moradores foram inseridos também na ferramenta do Google, para a melhor consecução dos gráficos e tabelas, que nele são feitos baseados nas respostas obtidas.

Apresentação E Análise Dos Resultados

Com vistas a investigar a percepção da comunidade em relação às melhorias e demandas na comunidade, foram necessárias aplicações de questionários, no total de 50 aplicações, incluindo homens, mulheres, jovens e adultos. A tabela 1 apresenta as características demográficas dos respondentes.

Tabela 1 – Características demográficas da amostra da comunidade

Características	%
Gênero:	
Masculino	44,0
Feminino	56,0
Idade (anos):	
17 a 29	30,0
30 a 49	52,0
50 a 54	4,0
55 a 59	4,0
Acima de 60 anos	10,0
Cidade onde reside:	
Baturité	100
Cidade onde nasceu:	
Baturité	78,0
Senador Pompeu	6,0
Outros	16,0
Profissão:	
Agricultor	66,0
Estudante	10,0
Funcionário/a público	6,0
Pedreiro	4,0
Não respondeu	2,0
Outros	12,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2021).

Pela tabela 1, observa-se que 56% são de gênero feminino e 44% de gênero masculino. A faixa etária prevalente encontra-se entre 30 e 49 anos, com um percentual de 52%. Os respondentes informaram que todos residem em Baturité (100%), 78% nasceram em Baturité e 66% são agricultores. A tabela 2 ilustra o grau de escolaridade, em que a maioria declarou ter o Ensino Médio completo.

Tabela 2 – Grau de escolaridade dos entrevistados na comunidade quilombola da Serra do Evaristo

Escolaridade	%
Analfabeto	6,0
Analfabeto, mas assina o nome	2,0
Lê e escreve	4,0
Ensino Fundamental I e II incompletos	22,0
Ensino Fundamental I e II completos	18,0
Ensino Médio incompleto	16,0
Ensino Médio completo	26,0
Ensino Superior incompleto	4,0
Ensino Superior completo	2,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2021).

Ao analisar a tabela 2, em ordem decrescente, percebemos que 26% dos entrevistados têm o Ensino Médio completo e, em seguida, com 22%, há aqueles que têm o Ensino Fundamental incompleto. O quadro 1 apresenta as sugestões de melhorias apontadas pela comunidade de quilombolas da Serra do Evaristo.

Quadro 1 – Proposições de melhorias para a comunidade quilombola da Serra do Evaristo

Principais melhorias apontadas pelas famílias	Abastecimento de água encanada
	Pavimentação da estrada de acesso (Jordão)
	Saúde: visitas médicas semanais
	Gratuidade do transporte da serra para a cidade (Baturité)
	Educação
Saneamento básico	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2021).

O quadro 1 apresenta, por ordem decrescente de relevância, os principais resultados encontrados, em que os respondentes das famílias indicaram as melhorias que anseiam para a comunidade. Em primeiro lugar, aparece o abastecimento de água encanada, visto que na comunidade são utilizadas as cisternas de placa abastecidas com água da chuva, o que faz com que seja necessário, quando a reserva das cisternas acaba, um carro-pipa para complementar e/ou atender à demanda da comunidade. Outra queixa dos moradores referiu-se à via de acesso à comunidade (estrada do Jordão), uma vez que a estrada é de terra, e sua pavimentação facilitaria a circulação das pessoas. No que diz respeito à saúde, o atendimento médico na Unidade Básica de Saúde (UBS) tem ocorrido quinzenalmente.

Os respondentes manifestaram que seria mais adequado que esse atendimento fosse semanal. Em seguida, considerando que o deslocamento da serra para a cidade é realizado através de pau de arara e é pago, o pleito é de que o transporte seja gratuito. No tocante à educação, os participantes citaram que os professores poderiam ser da comunidade, para melhor transmissão da cultura. E, por último, houve referência ao fato de o saneamento básico estar inserido na coleta de lixo, pois em alguns pontos da comunidade a caçamba não passa para coletar o lixo.

O quadro 2 mostra como está o andamento referente à saúde dos moradores da Serra do Evaristo.

Quadro 2 – Aspectos gerais em relação à saúde dos moradores da comunidade

Posto de saúde	Uma UBS
Atendimento médico	Acontece no período de 15 em 15 dias
Vacinação das crianças	As vacinações estão em dia

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2021).

Através do quadro 2, são apresentadas respostas atinentes às questões sociais na comunidade: 100% responderam que existe um posto de saúde que atende às demandas emergenciais da comunidade mediante a UBS; 100% das respostas assinalaram que as crianças estão com a vacinação em dia; no que se concerne ao atendimento médico, acontece duas vezes ao mês, de 15 em 15 dias, sendo sugerido que o médico atendesse semanalmente no posto de saúde. No entanto, no que se refere à escola, existe apenas uma escola na comunidade, que atende até o 9º e último ano do Ensino Fundamental.

A tabela 3 lista os aspectos gerais sanitários da comunidade quilombola da Serra do Evaristo.

Tabela 3 – Aspectos gerais em relações sanitárias da comunidade – 2021

Aspectos gerais	%
Coleta de lixo	
Coletado (por serviço de limpeza / em caçamba de serviço de limpeza)	94,0
Queimado (na propriedade)	6,0
Esgoto	
Fossa séptica	96,0
Rede geral de esgoto ou pluvial	2,0
Outros	2,0
Fornecimento de água	
Água da chuva armazenada em cisternas	64,0
Poço ou nascente na propriedade	23,0
Poço ou nascente fora da propriedade	13,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2021).

A tabela 3 evidencia que uma quantia de 94% do lixo é coletada pela prefeitura, por meio de caçamba; com 6% das respostas, temos uma pequena quantidade de pessoas que queima seu lixo na propriedade. Uma porcentagem de 96% da comunidade quilombola da Serra do Evaristo manifestaram utilizar a rede de esgoto através da fosse séptica, com 2% que relataram que a tipologia é rede geral de esgoto ou pluvial e outros 2% que apontaram outras formas. A respeito do fornecimento de água, nota-se que 64% dos participantes asseveraram que o abastecimento da água na comunidade é realizado através do armazenamento da água de chuva em cisternas; 23% relataram a existência de poço ou nascente na propriedade e 13% reportaram o abastecimento de água através de poço ou nascente fora da propriedade.

O quadro 3 apresenta os aspectos concernentes à infraestrutura da comunidade.

Quadro 3 – Infraestrutura da comunidade

Transporte	Pau de arara Próprio
Internet	Staynet
Operadoras	Oi Tim Claro

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2021).

Em relação ao transporte e ao deslocamento da comunidade para a cidade, constatou-se que são realizados por meio de pau de arara ou de carro próprio, salientando que há o desejo dos moradores de que o transporte para o acesso à comunidade seja feito sem nenhuma taxa de cobrança. No que diz respeito ao acesso à internet na comunidade, percebeu-se que a rede de internet que funciona na comunidade é a Staynet. Ao analisar quais as operadoras telefônicas que têm sinal na comunidade, constatou-se que são as operadoras da Oi, Claro e Tim.

No quadro 4, mostra as respostas predominantes ao perguntar se os dirigentes poderiam fazer mais para a comunidade.

Quadro 4 – Atuação da gestão

Os dirigentes poderiam fazer mais para a comunidade?	Fazem o bastante. Estabelecer critérios mais claros para a distribuição dos insumos recebidos (cestas básicas, dentre outros) para a comunidade.
--	---

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2021).

No tocante aos dirigentes, a maioria considerou que eles já fazem o bastante, mas uma grande parte deles apontou que, com relação aos recursos recebidos (por exemplo, cestas básicas), deveria haver uma maior transparência dos critérios que são utilizados na distribuição desses recursos e/ou insumos.

Em síntese, os respondentes das famílias, no geral, são agricultores, com Ensino Médio completo, os quais apontaram que as principais melhorias necessárias para a comunidade são o abastecimento de água encanada, a pavimentação da estrada de acesso e as visitas médicas semanais. Em termos dos aspectos sociais básicos, indicaram: a existência de um Posto de Saúde; as vacinações das crianças estão em dia; o deslocamento da comunidade para a cidade é realizado através de pau de arara ou de carro próprio; e a existência de uma escola. A maioria dos correspondentes manifestou que os dirigentes da comunidade já fazem o bastante.

VII. Considerações Finais

A comunidade quilombola da Serra do Evaristo é marcada por conquistas de grandes lutas do seu povo, com uma vasta cultura e uma história rica de saberes. Seus povos, com sua estrutura organizacional sempre ativa, visam ao bem para aqueles que moram na comunidade e lutam por melhorias, nunca desistindo de lutar para conquistar seus direitos.

No que se refere à opinião dos moradores, observaram-se algumas proposições de melhorias para a comunidade, a exemplo do abastecimento de água encanada, pois são utilizadas as cisternas de placa abastecidas com água da chuva. Outro ponto importante foi referente à melhoria da estrada de acesso à comunidade, tendo sido apontada a pavimentação como solução para o problema. Os moradores salientaram seu desejo de que o transporte para esse acesso não fosse comprado, cabendo ao gestor do município averiguar essa demanda. Para trabalhos futuros diante desta pesquisa, sugerimos perceber as demandas necessárias listadas pelos moradores e averiguar as possíveis soluções junto ao gestor do município e da comunidade, de modo a trazer soluções para eles.

Referências Bibliográficas

- [1] Braga, Elza Maria Franco. Olhares Sobre A Comunidade Quilombola Serra Do Evaristo: Trajetórias, Descobertas E Construções Identitárias. Fortaleza: Expressão, 2021.
- [2] Brasil. Constituição De 1988. Constituição Da República Federativa Do Brasil. Diário Oficial [Da] República Federativa Do Brasil, Poder Executivo, Brasília, Df, 5 Out. 1988.
- [3] Brasil. Decreto Nº 4.886, De 20 De Novembro De 2003. Institui A Política Nacional De Promoção Da Igualdade Racial - Pnpir E Dá Outras Providências. Diário Oficial [Da] República Federativa Do Brasil, Poder Executivo, Brasília, Df, 21 Nov. 2003a.
- [4] Brasil. Decreto Nº 4.887, De 20 De Novembro De 2003. Regulamenta O Procedimento Para Identificação, Reconhecimento, Delimitação, Demarcação E Titulação Das Terras Ocupadas Por Remanescentes Das Comunidades Dos Quilombos De Que Trata O Art. 68 Do Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial [Da] República Federativa Do Brasil, Poder Executivo, Brasília, Df, 21 Nov. 2003b.

- [5] Brasil. Guia De Políticas Públicas Para Comunidades Quilombolas. Brasília, Df: Secretaria De Políticas Promoção Da Igualdade Racial, 2013.
- [6] Brasil. Decreto Nº 6.261, De 20 De Novembro De 2007. Dispõe Sobre A Gestão Integrada Para O Desenvolvimento Da Agenda Social Quilombola No Âmbito Do Programa Brasil Quilombola, E Dá Outras Providências. Diário Oficial [Da] República Federativa Do Brasil, Poder Executivo, Brasília, Df, 21 Nov. 2007.
- [7] Brasil. Emi Nº 58, De 20 De Novembro De 2003. Diário Oficial [Da] República Federativa Do Brasil, Poder Executivo, Brasília, Df, 21 Nov. 2003c.
- [8] Brasil. Lei Nº 12.288, De 20 De Julho De 2010. Institui O Estatuto Da Igualdade Racial; Altera As Leis Nºs 7.716, De 5 De Janeiro De 1989, 9.029, De 13 De Abril De 1995, 7.347, De 24 De Julho De 1985, E 10.778, De 24 De Novembro De 2003. Diário Oficial [Da] República Federativa Do Brasil, Poder Executivo, Brasília, Df, 21 Jul. 2010.
- [9] Brasil. Política Nacional De Assistência Técnica E Extensão Rural. Brasília, Df: Ministério Do Desenvolvimento Agrário, 2004.
- [10] Calheiros, Felipe Peres; Stadler, Hulda Helena Coraciara. Identidade Étnica E Poder: Os Quilombos Nas Políticas Públicas Brasileiras. Revista Katálysis, Florianópolis, V. 13, N. 1, P. 133-139, 2010.
- [11] Canto, Adéli Casagrande Do. Quilombolas E A Materialização De Direitos Através Das Políticas Públicas: Um Estudo Sobre O Recanto Dos Evangélicos. 2008. 155 F. Dissertação (Mestrado Em Extensão Rural) – Programa De Pós-Graduação Em Extensão Rural, Universidade Federal De Santa Maria, Santa Maria, 2008.
- [12] Crespo, Antônio Arnot. Estatística Fácil. 17. Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- [13] Fundação Cultural Palmares. Estrutura Organizacional. Disponível Em: [Http://Www.Palmares.Gov.Br/?Page_Id=95](http://www.palmares.gov.br/?Page_Id=95). Acesso Em: 10 Mar. 2021.
- [14] Fundação Cultural Palmares. Fundação Palmares Certifica 103 Quilombos Em 2017. Disponível Em: [Http://Www.Palmares.Gov.Br/?P=46307](http://www.palmares.gov.br/?P=46307). Acesso Em: 25 Fev. 2021.
- [15] Gil, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos De Pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- [16] Godoy, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. Revista De Administração De Empresas, São Paulo, V. 35, N. 3, P. 20-29, 1995.
- [17] Gomes, Aldanizio Soares. Quilombola E Educação: Diálogos E Interloquções Na Escola E Comunidade Quilombola Da Serra Do Evaristo. 2016. 59 F. Monografia (Especialização Em Políticas De Igualdade Racial No Ambiente Escolar) – Programa De Pós-Graduação Em Políticas De Igualdade Racial No Ambiente Escolar, Universidade Da Integração Internacional Da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2016.
- [18] Henning, Ana Clara Correa; Leal, Robson Jardel Santos; Colaço, Thais Luzia. Procedimento Para Identificação, Reconhecimento, Delimitação, Demarcação E Titulação Das Terras Quilombolas. Revista Em Tempo, Marília, V. 14, P. 297-315, 2015.
- [19] Ibge. Base De Informações Geográficas E Estatísticas Sobre Os Indígenas E Quilombolas Para Enfrentamento À Covid-19: Notas Técnicas. Rio De Janeiro: Ibge, 2020. Disponível Em: [Https://Agenciadenoticias.Ibge.Gov.Br/Media/Com_Mediaibge/Arquivos/9eab8499f5479b9751d_5a6ef03b8c38f.Pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/Media/Com_Mediaibge/Arquivos/9eab8499f5479b9751d_5a6ef03b8c38f.Pdf). Acesso Em: 26 Maio 2021.
- [20] Ibge. Base De Informações Sobre Os Povos Indígenas E Quilombolas. Rio De Janeiro: Ibge, 2019. Disponível Em: [Https://Www.Ibge.Gov.Br/Geociencias/Organizacao-Doterritorio/Tipologias-Do-Territorio/27480-Base-De-Informacoes-Sobre-Os-Povos-Indigenas-Equilombolas.Html?Edicao=27481&T=Acesso-Ao-Produto](https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-doterritorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-equilombolas.html?edicao=27481&T=Acesso-Ao-Produto). Acesso Em: 06 Abr. 2021.
- [21] Incra. Relação De Processos De Regularização De Territórios Quilombolas Abertos. Brasília, Df: Incra, 2020. Disponível Em: [Https://Www.Gov.Br/Incr/Pt-Br/Assuntos/Governanca-Fundiaria/Processos_Abertos.Pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/processos_abertos.pdf). Acesso Em: 26 Maio 2021.
- [22] Lima, Ivan Costa; Silva, David Da. Territórios Quilombolas No Ceará: Educação, Processo Histórico E Identidades. In: Copene, 10., 2018, Uberlândia. Anais [...]. Uberlândia: Copene, 2018.
- [23] Rocha, Mirella Farias. Participação Popular Nas Políticas Socioassistenciais Na América Latina: Estudo Comparativo Entre Brasil E Venezuela. 2009. 250 F. Dissertação (Mestrado Em Serviço Social) – Programa De Pós-Graduação Em Serviço Social, Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- [24] Rodrigues, Maria Cidiane Barros. Políticas Públicas E Desenvolvimento: Um Estudo Sobre A Comunidade Quilombola Da Serra Do Evaristo. 2017. 88 F. Tcc (Graduação Em Administração Pública) – Programa De Graduação Em Administração Pública, Universidade Da Integração Internacional Da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2017.
- [25] Santos, Josimar Dos. Formação, Educação E Práticas Socioambientais Sustentáveis: Um Estudo Na Comunidade Quilombola Da Serra Do Evaristo, Baturité - Ceará. 2019. 104 F. Dissertação (Mestrado Em Sociobiodiversidade E Tecnologias E Sustentáveis) – Programa De Pós-Graduação Em Sociobiodiversidade E Tecnologias E Sustentáveis, Universidade Da Integração Internacional Da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.
- [26] Santos, Thais Calixto Dos. Diversidade E Representação: Os(As) Quilombolas No Ensino Superior. In: Copene, 10., 2018, Uberlândia. Anais [...]. Uberlândia: Copense, 2018.
- [27] Silva, André Ricardo Fonsêca. Políticas Públicas Para Comunidades Quilombolas: Uma Luta Em Construção. Revista Política E Trabalho, João Pessoa, N. 48, P. 115-128, 2018.